

Despacho nº 11/2020

A TODA a Comunidade do ISEC Lisboa,

Considerando a evolução do surto da Covid19 em Portugal que deu origem à 2ª prorrogação do estado de emergência através do Decreto do Presidente da República n.º 20 -A/2020, de 17 de abril, o qual mantém a suspensão parcial do exercício de alguns direitos, designadamente o *da liberdade ensinar e aprender*, por via da alínea g) do artigo 4.º:

“ g) Liberdade de aprender e ensinar: podem ser impostas pelas autoridades públicas competentes as restrições necessárias para reduzir o risco de contágio e executar as medidas de prevenção e combate à epidemia, incluindo a proibição ou limitação de aulas presenciais, a imposição do ensino à distância por meios telemáticos (com recurso à Internet ou à televisão), o adiamento ou prolongamento de períodos letivos, o ajustamento de métodos de avaliação e a suspensão ou recalendarização de provas de exame ou da abertura do ano letivo, bem como eventuais ajustes ao modelo de acesso ao ensino superior;”

Considerando que por via do Decreto 2-C/2020, de 17 de abril, que regulamenta a prorrogação do estado de emergência, o Governo *entende que os contactos entre pessoas, que constituem forte veículo de contágio e de propagação do vírus, bem como as suas deslocações, devem manter -se ao nível mínimo indispensável, sendo de realçar para as finalidades pretendidas a especial necessidade de confinamento que impende sobre os cidadãos.*

E considerando ainda, as recomendações e esclarecimentos às instituições de ensino superior, emanadas do Gabinete do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior em 17 de abril de 2020, para a elaboração de planos para o levantamento progressivo das medidas de contenção motivadas pela pandemia COVID-19, as quais tendo em consideração,

“...a necessidade de assegurar a conclusão do corrente ano letivo em prazos tão próximos quanto possíveis do que se encontrava previsto no calendário escolar, evitando impactos negativos sobre o próximo ano letivo.

Recomenda-se agora que, durante as próximas duas semanas e até 30 de abril de 2020, às instituições científicas e de ensino superior elaborem planos para levantamento progressivo das medidas de contenção atualmente existentes, incluindo a reativação faseada de atividades letivas e não letivas com presença de estudantes”.

Tendo em conta a necessidade de garantir a salvaguarda da saúde pública e segurança da nossa Comunidade Académica, e atendendo à nova moldura legislativa acima referida, justifica-se proceder a ajustamentos às medidas anteriormente implementadas pelo nosso Despacho nº 10/2020, de 3 de abril.

As normas excecionais que agora se estabelecem na continuidade do anterior Despacho nº 10/2020 de 3 de abril, visam instituir um ordenamento regulamentar que permita compatibilizar o regime de exceção que vivemos e a consequente substituição de todas as atividades presenciais com a necessidade de assegurar a continuidade da missão do ISEC Lisboa de ensinar e aprender, garantindo as legítimas expectativas dos estudantes e minimizando as dificuldades

para docentes, funcionários e alunos e simultaneamente contribuir para assegurar as condições de saúde pública em tempo de pandemia.

Com o esperado cessar do estado de emergência nacional a partir do início do mês de maio (ou, pelo menos, com a perspetiva de redução gradual das medidas de confinamento impostas a todos os cidadãos), interessa, agora, preparar o regresso à “normalidade possível” reativando faseadamente atividades presenciais e garantindo que o término do atual ano letivo e o início do próximo ano letivo acontecem, tanto quanto possível, com os procedimentos académicos normalizados e dentro dos prazos antes fixados.

Foram ouvidos os Conselhos Técnico-Científicos e Pedagógicos do ISEC Lisboa, o Conselho de Direção do ISEC Lisboa, a Coordenação do Grupo de Gestão do Plano de Contingência e a Associação de Estudantes.

Assim, ao abrigo das alíneas t), u) e w) do artigo 18º dos Estatutos do ISEC Lisboa e no exercício das competências estabelecidas para este período pelo Decreto 2-A/2020, de 20 março, executando o Decreto Presidencial nº 14-A/2020 de 18 de março, e tendo ainda em conta as recomendações e esclarecimentos do Gabinete do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de 20 de março de 2020, determino:

A) Simultaneidade dos regimes presencial e a distância (ensino remoto de emergência)

Processo Ensino-Aprendizagem:

A1. Todas as atividades escolares presenciais, **designadamente, as aulas teóricas e teórico-práticas, previstas até ao final do ano letivo 2019/2020** devem, sempre que possível, manter-se na tipologia de Ensino Remoto de Emergência¹ (ERE), devendo os estudantes e professores recorrer para o efeito, entre outras possíveis ferramentas, às plataformas MOODLE (para atividades assíncronas) e ZOOM (para atividades síncronas), mantendo-se a planificação e os registos previstos no Despacho n.º 10/2020.

A2. As aulas de natureza prática e/ou laboratorial e as aulas de preparação para avaliações e/ou exames que tenham que ter lugar em regime presencial, nos termos definidos no ponto 3 do Despacho n.º 8/2020, de 10 de março, ocorrerão, nas condições definidas no ponto C do presente Despacho, **a partir de 11 de maio de 2020**, nas datas e moldes estipulados no anexo I, que aqui se dá por reproduzido, competindo aos Coordenadores de Curso em articulação com as Direções de Escola e com os Serviços de atribuição de salas, a sua implementação e operacionalização.

¹ Ao longo deste texto é usada a expressão “Ensino Remoto de Emergência” em substituição da habitual expressão “Ensino a Distância”, na medida em que diferentes fontes e literatura recomendada estabelece efetivas diferenças entre ambas as situações. Por exemplo: https://er.educause.edu/articles/2020/3/the-difference-between-emergency-remote-teaching-and-online-learning?fbclid=IwAR19NNGgTeenrxaiuB9BsbzE8aFhB24cBeLwPQEuo875VIZJOduX_twmHdo – consultado a 2 de abril 2020;

A3. A calendarização das atividades presenciais deve levar em linha de conta o facto de permanecerem a decorrer as atividades de ensino remoto de emergência, pelo que as atividades online e presencias deverão situar-se em horários desfasados entre si.

A4. As atividades de Formação em Contexto de Trabalho e/ou de estágio que não tenham sido substituídas pelo regime de simulação empresarial, devem ser retomadas **a partir de 18 de maio de 2020** à medida que tal seja possível, dentro da disponibilidade das empresas e demais parceiros, devendo ser finalizadas **até 18 de setembro 2020**.

B) Avaliação Contínua e Exames

B1. A avaliação contínua das unidades curriculares que foram objeto de substituição do regime presencial para o ensino remoto de emergência, segue o disposto² no ponto C do Despacho nº 10/2020 de 3 de abril;

B2. A avaliação contínua de unidades curriculares com componente prática ocorre nas datas e moldes previstos no anexo I e obedecendo às condições mencionadas no ponto C do presente Despacho.

B3. Os exames decorrerão em regime presencial nas datas constantes do novo Calendário Escolar publicado em <https://www.iseclisboa.pt/index.php/pt/calendario-escolar> e obedecendo às condições mencionadas no ponto C do presente Despacho.

B4. O lançamento de notas finais do 2º semestre de 2019/20 segue o disposto³ no Despacho nº 10/2020 de 3 de abril e nos prazos previstos pelo Calendário Escolar referido no ponto anterior.

B5. Sempre que possível as avaliações orais devem ser realizadas por videoconferências, designadamente as prestações de provas de defesa de projetos, trabalhos finais de curso e/ou dissertações de mestrado, nos termos do disposto⁴ no Despacho nº 10/2020 de 3 de abril.

B6. O prazo de entrega dos Trabalhos Finais de Mestrado e de Licenciatura é prorrogado em 30 dias, sem qualquer custo para os estudantes.

C) Condições de Higiene e Segurança nas atividades presenciais:

C1. Todas as atividades presenciais que decorram em sala de aula e/ou laboratórios devem obedecer a uma distância mínima de 2 metros entre cada um dos presentes, devendo, sempre que necessário, serem realizados desdobramentos das turmas ou das salas de exame para aquele efeito, remetendo-se para o anexo III os valores de referência de ocupação das salas de aula durante este período de excecionalidade.

C2. Os desdobramentos devem ser previstos com uma antecedência mínima de 72h, e devem ver garantida a disponibilidade de sala e de horário do(s) docente(s) envolvidos e devendo, ainda, ser antecipadamente comunicados pelos Coordenadores do ciclo de

² Consultar Nota 1 do anexo II do presente Despacho.

³ Consultar Nota 2 do anexo II do presente Despacho.

⁴ Consultar Nota 3 do anexo II do presente Despacho

estudos em questão aos estudantes, e superiormente autorizados pela Presidente do ISEC Lisboa, ouvido o Diretor da Escola respetiva.

C3. O acesso ao Campus do Lumiar e, obviamente, a todas as atividades presenciais no Campus, requer obrigatoriamente o uso constante de máscaras e, sempre que se mostre necessário, de outros equipamentos de proteção individual, por docentes, estudantes e colaboradores não docentes, ficando, também, toda a comunidade académica obrigada ao respeito pelas medidas de segurança e prevenção recomendadas pelas autoridades de saúde (etiqueta respiratória, distanciamento social, etc.).

C4. Compete à coordenação do Grupo de Gestão do Plano de Contingência a definição concreta das situações mencionadas no ponto anterior, bem como, o acompanhamento da implementação das medidas previstas no presente despacho.

C5. Durante o período de transição até à completa “normalidade”, que se estima ser reposta apenas no arranque do ano letivo 2020/21, estão proibidas todas as atividades potenciadoras de promoção de contágios: trabalhos em grupo presencial, partilha de materiais e/ou equipamentos sem a devida higienização dos mesmos entre usos contínuos, atividades de lazer e confraternização no Campus, aglomerações de mais de cinco pessoas, etc.

C6. Os serviços de manutenção do ISEC Lisboa, reforçam a higienização dos espaços e superfícies, designadamente das salas e laboratórios ocupados no período mencionado no anexo I.

C7. Todas as demais atividades dos restantes serviços que decorram em regime presencial estão sujeitas às condições de higiene e segurança referidas nos pontos anteriores.

D) Acesso Ensino Superior

D1. Todas as atividades relativas aos processos de candidaturas ao acesso ao ensino superior no ISEC Lisboa para o próximo ano letivo, devem ser realizadas dentro das datas estabelecidas para o efeito.

D2. Para a consecução do ponto anterior, a condução de entrevistas e provas aos candidatos deve ser preferencialmente realizada na modalidade virtual e remota, através das ferramentas disponíveis para o efeito.

D3. Quando, pontual e justificadamente se mostre inviável a realização das entrevistas e provas em modo remoto, devem as entrevistas e provas presenciais ser marcadas para datas compreendidas entre 1 de junho⁵ e 30 de julho p.f. e respeitando-se as condições previstas no ponto C do presente Despacho.

⁵ Data antecipada relativamente ao disposto no Despacho nº 10/2020 de 3 de abril

D4. Os pontos anteriores aplicam-se a candidatos dos Concursos Especiais. Aos candidatos provenientes do Regime Geral aplicar-se-ão as datas que constam dos respetivos editais de candidatura do ISEC Lisboa, as quais levam em conta o novo calendário de exames nacionais estabelecido pelo Decreto-Lei nº 14-G/2020 de 13 de abril, bem como, a Circular de 17 de abril do Gabinete do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior sobre a *Determinação da nota de candidatura pelo regime geral de acesso*.

E) Ano letivo 2020/21

E1. O início do ano letivo 2020/21 para as turmas de 1º ano é adiado para 29 de setembro de 2020 para as restantes turmas o seu início e a sua prossecução será de acordo com o calendário escolar estabelecido e publicado em <https://www.iseclisboa.pt/index.php/pt/calendario-escolar>, o qual poderá ser revisto em função da evolução do surto COVID-19 em Portugal.

E2. As condições de funcionamento do ano letivo de 2020/21 serão definidas em setembro, mais próximo do seu início, em função da situação nacional referente à pandemia provocada pelo Coronavírus.

F) Outras Atividades e Serviços

F1. Em cumprimento do artigo 8.º do Decreto 2-C/2020 de 17 de abril, é adotado o regime de teletrabalho em todas as funções cuja natureza o permita. Assim, para todos os serviços e estruturas do ISEC Lisboa será estabelecida uma escala de serviço que contemple para o período compreendido entre **4 de maio e 31 de agosto**: (i) o regime de teletrabalho para todos os funcionários incluídos em grupos de risco; (ii) o regime de teletrabalho faseado gradualmente com o regime presencial para os restantes funcionários; (iii) a adoção gradual e desfasada do regime presencial nos serviços de atendimento ao público (interno e externo). A mencionada escala deve ainda ter em conta o (re)início de algumas atividades letivas presenciais a partir de **11 de maio 2020**. Toda a atividade em regime presencial dos serviços e estruturas do ISEC Lisboa obriga à utilização de máscara por todos os colaboradores, bem como, ao respeito pelas medidas de segurança e prevenção recomendadas pelas autoridades de saúde (etiqueta respiratória, distanciamento social, etc.)

F2. As reuniões dos órgãos colegiais e demais reuniões de trabalho devem adotar, preferencialmente, a modalidade de videoconferência.

F3. A presença física de docentes nos seus Gabinetes de trabalho deve ser reservada apenas para a realização de tarefas que não possam ser efetuadas em regime de teletrabalho. O trabalho presencial nos Gabinetes de docentes deve ser efetuado em horários descontraídos, por forma a maximizar o distanciamento social.

F4. Atendimento presencial nos serviços:

- 1- A partir de 11 de maio de 2020, a receção do edifício C estará aberta entre as 10:00 e as 22:00 entre segunda-feira e sexta-feira e das 9h00 às 13h aos sábados. Este horário

poderá ser reduzido em função da ocupação de salas previstas no anexo I. Entre 1 e 10 de maio o horário da receção do edifício C segue o disposto⁶ no ponto 1 do Despacho nº 9/2020 de 13 de março.

- 2- O atendimento presencial ao público é reservado preferencialmente para situações que não possam ser resolvidas por secretaria virtual, e-mail, videoconferência e/ou telefone;
- 3- O atendimento presencial ao público nos Serviços Académicos entre 1 e 10 de maio segue o estipulado⁷ no Despacho nº9/2020 de 13 de março e **a partir de 11 de maio de 2020**, fica reservado para os períodos a seguir indicados:
 - Segundas-feiras das 14:00 às 19:00
 - Terças-feiras das 10:00 às 13:00
 - Quartas-feiras das 10:00 às 13:00
 - Quintas-feiras das 14:00 às 19:00
 - Sextas-feiras das 10:00 às 13:00Os alunos e docentes para atendimento nos serviços académicos devem fazê-lo equipados de máscara e, caso se encontrem vários utentes em fila de espera para ser atendidos pelos serviços académicos, os mesmos devem aguardar a sua vez na rua, em espaço exterior aberto, mantendo a distância de segurança adequada.
- 4- O atendimento presencial no Gabinete de Relações Internacionais (GRI) encontra-se suspenso até ao final do presente ano letivo, devendo todos os assuntos ser tratados por e-mail/telefone.
- 5- O atendimento na Tesouraria decorrerá apenas via e-mail ou telefonicamente.
- 6- O atendimento presencial nos Recursos Humanos fica reservado aos seguintes períodos a seguir indicados e funcionará por marcação prévia via e-mail:
 - Segundas-feiras das 10:00 às 14:00
 - Quartas-feiras das 14:00 às 17:00
- 7- A Sala de Estudo de alunos encontra-se encerrada até ao final do ano letivo.

8 – Entre 1 e 10 de maio de 2020 a Biblioteca continuará encerrada. Entre 11 e 16 de maio, encontra-se em funcionamento das 10:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00, às segundas, quartas e sextas feitas, e a partir de 18 de maio todos os dias da semana, ficando o acesso à mesma condicionado à verificação das condições sanitárias e de distanciamento necessárias, a saber, os alunos e demais utentes devem apresentar-se de máscara e deve ser respeitada a distância mínima de 2 metros entre os presentes. **O número de utentes da Biblioteca em simultâneo no interior da mesma não pode ultrapassar o número de 10.** Por forma a garantir que todos os utentes do ISEC Lisboa possuem acesso à Biblioteca de uma forma equitativa, poderá ser necessário limitar o

⁶ Das 10h00 às 20h00 entre segunda e sexta feira

⁷ Segundas Feiras das 14h00 às 19h00 e Quartas Feiras das 10h00 às 13h00

tempo de permanência nesta por cada utilizador, o que será gerido no momento, se assim se considerar necessário.

Caso haja alunos que pretendam aguardar a sua vez para entrar na biblioteca, devem aguardar no espaço exterior à mesma, em campo aberto, mantendo entre si a distância de segurança necessária.

Determino ainda que, enquanto durar a situação de excecionalidade, se encontram suspensas, parcial ou totalmente, todas as normas e regulamentos que colidam com o teor do presente Despacho, mantendo-se em vigor todo o restante normativo interno e em particular o disposto no nosso Despacho nº 10/2020, de 3 de abril.

Tendo em mente o impacto destas medidas, contamos com o contributo de todos para a minimização de riscos e para a salvaguarda do interesse dos nossos estudantes, professores e funcionários.

Lisboa, 28 de abril de 2020

A Presidente do ISEC Lisboa



(Profª Doutora Maria Cristina Ventura)

ANEXO I

Mapa de Referência para a Planificação de regresso faseado às atividades presenciais dos cursos em funcionamento em cada Escola do ISEC Lisboa

	11 a 16 maio	18 a 23 maio	25 a 30 maio	1 a 6 junho	8 e 9 Junho	15 a 20 junho	22 a 27 junho
Manhã (10h às 13h)	EE	EE		EE		EE	
	EG	EG	EG	EG	EG	EG	EG
Tarde (14h às 17h)	ECAIC	ECAIC	ECAIC	ECAIC	ECAIC	ECAIC	ECAIC
Noite (18h30 às 22h)		ETE	ETE	EG	ETE	ETE	ETE
	EG	EA	EA		EA	EA	EA
	EE			EE			

Nos dias considerados devem ser agendadas três tipos de atividades presenciais:

- 1 - As aulas de natureza prática e/ou laboratorial
- 2 - Aulas de preparação de avaliações e exames
- 3 - Avaliação de componentes práticas

Anexo II

Nota 1: Excerto do Despacho nº 10 / 2020 de 3 de abril: Ponto C: **Ensino Remoto de Emergência – Avaliação**

C1. São revogadas todas as disposições que prevejam um regime de faltas que possa resultar na reprovação do estudante. Recomenda-se ainda que, caso exista, o elemento de avaliação “assiduidade” seja substituído por outro tipo de elementos de avaliação que permita justamente avaliar, não a presença/frequência da Unidade Curricular estabelecida para o regime presencial, mas antes a participação/proatividade dos estudantes nas tarefas a desenvolver remotamente.

C2. As avaliações previstas em cada UC devem ser realizadas igualmente no regime a distância, devendo cada docente adaptar os respetivos instrumentos e elementos de avaliação a esta modalidade. Caso exista qualquer alteração no tipo ou ponderação dos elementos de avaliação, essas alterações devem constar no Aditamento à Ficha de Unidade Curricular (*vide* ponto D3), o qual deve ser aprovado pelo respetivo Conselho Pedagógico até 22 de abril e, impreterivelmente, comunicado aos estudantes até 30 de abril.

C3. As classificações resultantes das avaliações intermédias devem ser comunicadas aos estudantes via plataforma MOODLE, dada a importância do feedback necessário junto dos alunos. No entanto, a avaliação final de cada Unidade Curricular não pode ser divulgada através da plataforma MOODLE, só podendo ser lançada na Secretaria Virtual via plataforma DIGITALIS.

C4. Apesar do prolongamento do Calendário Escolar 2019/20 (ver ponto E2) e da nova data limite para o lançamento de notas finais passar a ser 2 de julho p.f., sempre que possível os docentes de cujas Unidades Curriculares tenham terminado a atividade até 20 de junho nos termos do ponto B2, podem solicitar junto da Serviços Académicos a abertura de pauta na plataforma DIGITALIS para o lançamento imediato das notas finais.

C5. Apesar do prolongamento do Calendário Escolar 2019/20 (ver ponto E2) e da nova data limite para o lançamento de notas finais ser a 2 de julho p.f., ficam desde já autorizados os lançamentos das avaliações finais impreterivelmente até 31 de julho de disciplinas que, sendo de natureza prática na sua totalidade ou parcialmente, as reposições de aulas presenciais só possam acontecer nos meses de junho e julho nos termos dos pontos A5 e B2.

C6. As avaliações finais de Unidades Curriculares de Estágio, Práticas Pedagógicas, e Formação em Contexto de Trabalho dependem do resultado obtido junto da tutela nos termos do ponto A6 e será posteriormente comunicado.

Nota 2: Excerto do Despacho nº 10 / 2020 de 3 de abril: Ponto B2

B2. No caso da prorrogação do ensino remoto de emergência até ao final do ano letivo, nos termos do estipulado no ponto A1, a totalidade do trabalho a desenvolver nas Unidades Curriculares teóricas e teórico-práticas (avaliação incluída) deve ser

